

Reforma agrária e titulação de terras: desafios legais, políticos e sociais

Amanda Caetano da Silva¹
Murilo Didonet de Moraes^{1*}

Resumo: A política pública de concessão de títulos de propriedade de terras é essencial para entender os assentamentos, pois a sua aplicação de modo inadequado pode atuar na transformação de lotes redistribuídos em propriedades privadas. Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação, desenvolvimento e desafios enfrentados pelos agricultores familiares dos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra, localizados em Ituiutaba/MG. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que o conjunto de dados foi coletado mediante visitas em instituições públicas da cidade e a realização de duas entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares residentes nos assentamentos desde a sua criação. Os resultados indicaram que o assentamento Douradinho enfrentou dificuldades na divisão dos lotes, assistência técnica e na falta de apoio financeiro para realizar o georreferenciamento e acesso ao título definitivo. Já o assentamento Engenho da Serra mostrou a necessidade do processo de seleção dos beneficiários e a importância da diversificação econômica e interação social para a sua viabilidade. Nota-se, portanto, que a fragilidade econômica e a insegurança jurídica enfrentada pelos assentados sinalizam a necessidade de apoio institucional e financeiro para que estes territórios cumpram com sua função de produzir alimentos e garantir qualidade de vida aos seus integrantes.

Palavras-chave: Assentamento; Movimentos sociais; Agricultura familiar.

Agrarian reform and land titling: legal, political and social challenges

Abstract: The public policy of granting land titles is essential to understand the settlements, as its inadequate application can act in the transformation of redistributed lots into private properties. This work aims to analyze the process of formation, development and challenges faced by family farmers of the Douradinho and Engenho da Serra settlements, located in Ituiutaba/MG. This is qualitative research in which the data set was collected through visits to public institutions in the city and two semi-structured interviews with family farmers living in the settlements since its creation. The results indicated that the Douradinho settlement faced difficulties in the division of lots, technical assistance and the lack of financial support to carry out georeferencing and access to the definitive title. The Engenho da Serra settlement, on the other hand, showed the need for the process of selecting beneficiaries and the importance of economic diversification and social interaction for its viability. It is noted, therefore, that the economic fragility and legal insecurity faced by the settlers signal the need for institutional and financial support for these territories to fulfill their function of producing food and ensuring quality of life for their members.

Keywords: Settlement; Social movements; Family farming.

¹Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Brasil. *Autor correspondente: murilo.moraes@uemg.br

Introdução

A reforma agrária no Brasil é um tema de extrema relevância, profundamente enraizado na história e nas dinâmicas socioeconômicas do país. Jezuz (2009) afirma que a distribuição de terras busca uma divisão territorial a fim de obter justiça social, redução da pobreza rural e aumento da produção agrícola familiar. Porém, este processo envolve complexos desafios legais, políticos e sociais, que vão desde a desapropriação de grandes estabelecimentos improdutivos até a titulação de terras para agricultores familiares.

Movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial na luta pela reforma agrária. Silva (2019) aponta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) são exemplos de organizações que mobilizam milhares de pessoas em todo o país, pressionam o governo e a sociedade civil para a implementação de políticas de redistribuição de terras e maior democracia. Nesse sentido, Almeida (2006) exemplifica que a maior parte das terras conquistadas no Mato Grosso do Sul foi advinda de lutas do MST.

No entanto, a titulação das terras, que deveria garantir segurança jurídica e estabilidade para os assentados, frequentemente se transforma em um dilema por conta de dificuldades burocráticas, a falta de assistência técnica e a persistência de conflitos internos. Pinto (2023) diz que a mudança da política de reforma agrária em uma política de titulação de assentamentos, somada aos baixos investimentos em infraestrutura e acesso ao crédito, podem colocar os assentamentos novamente no mercado de terras, haja vista que as precárias condições de permanência das famílias concorrem para torná-las mais vulneráveis às pressões do mercado.

Dados da Oxfam Brasil (2016) demonstram que os grandes produtores possuem 0,91% do total de estabelecimentos rurais do país, porém sua concentração ocupacional se expande por 45% do total da área rural do Brasil. Já os produtores que ocupam área inferior a 10 hectares representam mais de 47% dos estabelecimentos do país, mas correspondem a menos de 2,3% da área total. Essa concentração de terra no Brasil resulta em um alto número de assassinatos e de conflitos agrários no Brasil. De acordo com dados do MST (2024), entre o ano de 2012 a 2021, foram registrados cerca de 342 assassinatos resultantes de conflitos agrários e ambientais no Brasil, cerca de 20% do total mundial.

Em que pese toda a dificuldade do acesso à terra, após conseguí-la, os agricultores devem tornar o estabelecimento rural produtivo, momento em que surgem os desafios em relação às características e tipos de solo, clima, relevo, além do acesso a políticas públicas e a discriminação de grandes produtores/empresários em relação aos ocupantes legais dos lotes da reforma agrária (NEVES, 2013). Sobre o último ponto, Miyashiro e Perehouskei (2015) afirmam que a luta dos trabalhadores rurais se consiste em uma busca por trabalho digno e moradia, tendo o direito de também serem considerados agricultores, sem diferenciação social.

Os assentamentos Douradinho e Engenho da Serra são exemplos vivos desses desafios e lutas na região de Ituiutaba/MG. O assentamento Douradinho, criado a partir da desapropriação de uma fazenda no ano de 2000 e oficialmente estabelecido em 2001, reflete a realidade de muitas comunidades rurais no Brasil. Os assentados, apoiados por movimentos sociais, enfrentaram e continuam a enfrentar uma série de obstáculos na busca pela consolidação de suas propriedades e pelo desenvolvimento sustentável de suas terras. Da mesma forma, o assentamento Engenho da Serra, formalmente estabelecido em 1999, também apresenta uma história de lutas e perseverança.

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação, desenvolvimento e desafios enfrentados pelos agricultores familiares dos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra, localizados em Ituiutaba/MG. Além disso, buscou-se abordar os dilemas legais, políticos e sociais associados à concessão de títulos de propriedade, e como essas questões impactam a luta pela reforma agrária e a sustentabilidade dos assentamentos.

Metodologia

O município de Ituiutaba está situado na Região Geográfica Imediata de mesmo nome, pertencente a Região Intermediária de Uberlândia (Figura 1). Apresenta uma área total de 2.598.046 km² e possui uma população estimada em 105.818 pessoas, dos quais 95,84 % vivem na área urbana e 4,16% na área rural (IBGE, 2010).

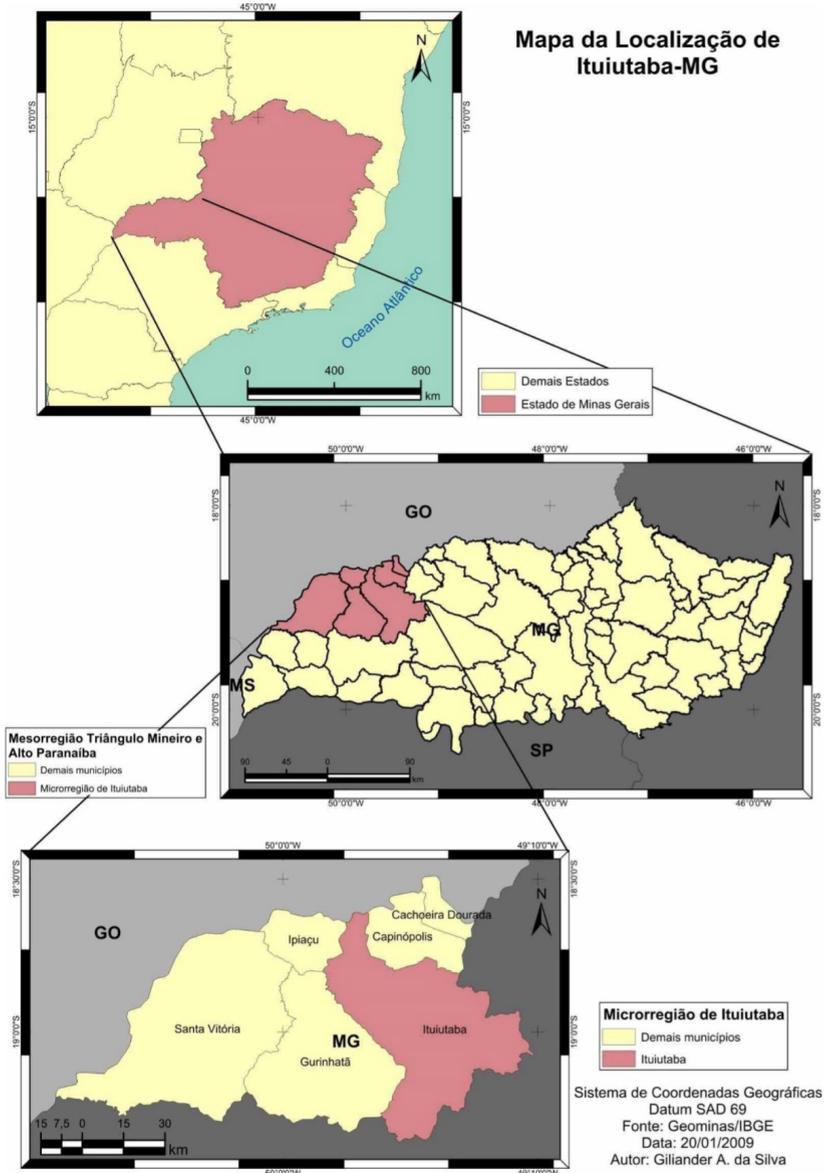
No que se refere ao contexto agrário, dados do INCRA (2017) evidenciam que existe em Minas Gerais cerca de 339 assentamentos, com 15.675 famílias assentadas, ocupando uma área de aproximadamente 881.171,75 hectares. No contexto municipal, Ituiutaba possui seis assentamentos oriundos do Programa Nacional de Reforma Agrária (Chico Mendes, Divisa, Douradinho, Engenho da Serra, Pântano Mariano e Renascer), onde residem aproximadamente 209 famílias de agricultores familiares que têm a comercialização de leite e o cultivo de olerícolas como suas principais atividades produtivas.

Mediante o escopo da pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa que, segundo Alves e Aquino (2012), tem o potencial de fornecer uma compreensão ou explicação mais apurada de qualquer fenômeno ou acontecimento. Segundo Richardson (1999, p. 02), o objetivo da pesquisa qualitativa fundamenta-se “no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno”.

A pesquisa foi desenvolvida nos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra, localizados em Ituiutaba/MG. De início, foram realizadas visitas *in loco* na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e no escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-

MG) no intuito de se obter o nome de ao menos uma liderança comunitária de cada um dos assentamentos rurais de interesse.

Figura 1 - Localização de Ituiutaba/MG.



Fonte: Adaptado de Silva e Castanho (2011).

A seleção dos participantes foi intencional, focando em indivíduos que residem nos assentamentos desde a sua criação e que desempenham papéis significativos na comunidade, incluindo líderes comunitários e agricultores. Com esses nomes em mãos, foram agendadas entrevistas para que essas lideranças explicassem como foi o processo histórico de constituição do assentamento rural em que residem, bem como os avanços e obstáculos enfrentados durante essa trajetória.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a entrevista constitui-se numa técnica para coletar dados não documentados sobre determinado tema. Para cumprir os objetivos desta pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada, na qual o entrevistador deve seguir um roteiro, porém tem liberdade de explorar mais amplamente determinadas questões de seu interesse. A observação também foi uma ferramenta utilizada durante a realização das entrevistas e visitas às instituições públicas.

As duas entrevistas semiestruturadas foram conduzidas na zona urbana da cidade nas datas que os agricultores vieram para resolver compromissos, sendo que o diálogo com o presidente da Associação do assentamento Douradinho ocorreu no dia 17 de agosto de 2023, e com o representante do assentamento Engenho da Serra no dia 06 de outubro de 2023.

As entrevistas foram gravadas, mediante consentimento dos participantes, e posteriormente transcritas para análise. A análise dos dados foi realizada através de codificação das transcrições das entrevistas e observações, identificando temas e padrões recorrentes. Para isso, lançou-se mão da análise temática (MINAYO, 2008) para categorizar os dados em principais temas como: história dos assentamentos, desenvolvimento produtivo, desafios enfrentados e estratégias de superação. Os softwares Word e Excel foram utilizados para digitalizar, tabular e sistematizar o conjunto de dados.

Resultados e Discussão

Panorama do assentamento Douradinho

O assentamento Douradinho se originou de uma propriedade desapropriada em 10 de julho de 2000 e possui uma área total de cerca de 561,5784 hectares. Criado em 13 de dezembro de 2001, o assentamento possui 15 famílias e está situado a cerca de 35 quilômetros da zona urbana de Ituiutaba/MG.

O agricultor escolhido para ser entrevistado e repassar algumas informações do assentamento, possui 58 anos e nunca frequentou a escola. Reside no assentamento desde o início, juntamente com sua esposa, sendo que suas duas filhas moram atualmente na cidade no intuito de manterem suas trajetórias educacionais. No decorrer dos anos, o entrevistado afirmou que teve inúmeras experiências trabalhistas: foi apanhador de algodão na cidade de Capinópolis/MG, caminhoneiro, garimpeiro, pescador e, por fim, agricultor.

Segundo Mendonça (2004), a diversidade dentro da classe trabalhadora contemporânea, que inclui camponeses, trabalhadores rurais, pescadores e informais, demanda uma abordagem política que seja capaz de integrar uma ampla gama de ações políticas e manifestações socioculturais em um projeto político unificado e transformador.

A fazenda da qual o assentamento se originou tinha como fonte de renda a exploração de florestas a fim de abastecer uma carvoaria. Após uma intensa exploração dos recursos naturais, foi arrendada e utilizada para criação de gado de terceiros. Posteriormente, as pastagens foram se degradando e se tornando improdutivas devido aos descuidos do proprietário e do locador. Além disso, havia indícios de sonegação de impostos (como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR), o que resultou no seu direcionamento para fins de reforma agrária.

A notícia da provável destinação de uma fazenda no município de Ituiutaba para fins de reforma agrária chamou a atenção do MTL, movimento já atuante na região do Pontal do Triângulo Mineiro, que convocou alguns de seus integrantes para conferir a situação. O MTL, na perspectiva de Araújo, Padua e Oliveira (2023), é um movimento social onde provém a importância do acesso à terra, o valor do trabalho e a busca da liberdade, de maneira a ressignificar os esforços de vidas camponesas passadas.

Ao chegarem na fazenda, os agricultores ligados ao MTL constituíram um acampamento nos arredores, próximo a BR-154, para acompanhar o processo e exercer pressão junto aos órgãos governamentais. O entrevistado relatou que os agricultores ficaram acampados por quatro anos até que os lotes foram finalmente liberados, período que poderia ter se alongado ainda mais perante a inércia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), senão tivesse ocorrido um financiamento comunitário entre os integrantes do acampamento para custear as ações necessárias ao parcelamento da área.

Após essa ação coletiva, a partilha dos lotes foi concedida, porém houve uma contradição entre os 15 membros do acampamento e o INCRA, pois este sugeriu a inclusão de mais duas famílias. Esta inclusão reduziria em aproximadamente um hectare a área de cada integrante, o que deu início a intensos conflitos na região. O entrevistado enfatizou que a baixa fertilidade do solo da fazenda demandaria grandes esforços dos produtores para torná-lo rentável, de maneira que se houvesse a redução das parcelas, não seria possível viabilizar a produção agropecuária na área.

Diante disso, o grupo de acampados se reuniu e estabeleceu um acampamento nas imediações do escritório regional do INCRA, em Uberlândia/MG, como expressão de sua indignação perante a ação tomada. A ocupação durou cerca de 90 dias até que os integrantes obtiveram sucesso em seus propósitos, mantendo-se apenas as 15 famílias acampadas e o tamanho inicial dos lotes, aproximadamente 25 hectares cada.

O fato descrito acima demonstra, na visão do entrevistado, que todos os integrantes tinham real interesse em adquirir suas propriedades, “seu pedaço de chão”, mesmo em uma situação vulnerável, dormindo em “barracas de lona”. Como afirma Caldart (2000), a união de todos em busca de uma condição de vida mais digna é o elo que mantém firme o desejo de se tornarem protagonistas de sua história.

No processo de divisão dos lotes foi definido que a antiga sede da fazenda se tornaria a área comunitária. Na área que não havia edificação, uma porção de terra de aproximadamente 10,8 hectares, os assentados decidiram, com o apoio técnico do escritório local da Emater-MG, cultivar mandioca. Para isso, os assentados realizaram uma contribuição financeira e de mão de obra (manual e mecânica). Inicialmente, obtiveram resultados positivos, porém a continuidade da produção ficou prejudicada por conta de conflitos, desacordos e divergências entre os integrantes para trabalharem de forma coletiva.

De acordo com Wegner (2011), o trabalho coletivo é vantajoso e deve ser incentivado, uma vez que a difusão do conhecimento e companheirismo é capaz de criar união. Por outro lado, Éboli (2007) afirma que a disputa entre os habitantes dos assentamentos tem por consequência não apenas a batalha pelo controle dessas comunidades, mas também divergências entre grupos rivais na administração dessas áreas, podendo provocar o deslocamento de famílias ameaçadas, conflitos internos e até mesmo ocorrências de homicídios.

No que se refere às diretrizes estabelecidas no processo de divisão dos lotes, suas proporções foram estabelecidas com base na qualidade do solo, relevo, e dimensão da reserva legal e APP. Para evitar conflito, a seleção dos lotes foi realizada a partir de um sorteio, onde cada lote foi numerado em pedaços de papéis de 01 a 15 e colocados em um recipiente para que cada integrante retirasse um número.

O acesso às políticas públicas foi outro ponto abordado na pesquisa. De acordo com o entrevistado, a maioria dos assentados obteve crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto aqueles que tiveram dificuldades em solicitar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), atual Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). De acordo com o MAPA (2023), este é o principal instrumento de apoio, benefício e acesso às políticas públicas provenientes da agricultura familiar.

Embora tenha tido acesso ao PRONAF e assistência técnica da Emater-MG, o agricultor disse que perdeu boa parte do seu investimento. Em seu relato, o entrevistado afirmou que adquiriu um lote de sementes que havia sido identificado como impróprio para uso, porém a loja optou por comercializá-lo sem comunicar esse fato. Sem saber que as sementes estavam comprometidas,

o agricultor preparou o solo e realizou a semeadura. As sementes germinaram e produziram cachos impróprios à comercialização.

Após o ocorrido, o entrevistado chegou à conclusão de que o problema estava na semente e teve que lidar com os prejuízos, o que resultou na impossibilidade do cumprimento do seu compromisso das parcelas do PRONAF, se tornando então inadimplente. Tempos depois, o agricultor recebeu uma proposta de negociação da dívida que correspondia com sua renda e finalmente quitou seu débito, liquidando a dívida, porém não conseguiu mais acessar novos créditos devido ao respectivo atraso.

De acordo com Sehn e Carlini Junior (2007), a inadimplência tem por característica o descumprimento do compromisso feito pelo empresário em relação a financiamentos, como as políticas públicas, por exemplo. Gering, Pinto e Vieira (2021) assinalam que o descumprimento das parcelas e o acúmulo de prestações devedoras leva o credor a diversas complicações, chegando, em alguns casos, a impossibilidade de receber novos benefícios devido à presença de restrições em seu nome.

O fato descrito anteriormente fez com que o agricultor decidisse não realizar novos investimentos em lavouras e voltasse seu olhar para uma nova fonte de renda: a comercialização de leite para laticínios da região. Em seu ponto de vista, esse tipo de atividade produtiva é o ideal para os integrantes do assentamento em que vive, pois gera incentivos e recompensa financeira para quem oferece produtos de maior qualidade, o que contribui para aumentar os rendimentos dos agricultores. Devido a facilidade de entrega e benefícios oferecidos por esses laticínios, a atividade que mais se destaca no assentamento é a produção leiteira. Segundo Peraci (2007), a atividade leiteira é de extrema importância na agricultura familiar do país. Dados de Troian, Dalcin e Oliveira (2009) reforçam esse aspecto ao indicarem que a agricultura familiar representa cerca de 52% da produção de leite do Brasil.

Dentre as 15 famílias que ingressaram no assentamento, somente duas permanecem até os dias atuais, inclusive o entrevistado faz parte de uma delas. Em suas palavras, informou que a permanência advém de um sonho, pois no início não obtinha renda a partir de seu lote nem para sustento de sua família, de modo que era necessário trabalhar para terceiros. Descreveu que, nessa época, o contato com a sua família era de 90 em 90 dias. Todas as atividades de sua propriedade ficaram sob os cuidados de sua esposa, como a ordenha manual do leite, a fabricação de queijo e sua comercialização na cidade, que se tornou mais um rendimento financeiro da propriedade.

Neste contexto, o entrevistado afirmou que perante todas as dificuldades sempre dizia para sua esposa: “um dia isso vai melhorar”. Atualmente, seu relato se transformou: “não melhorou muita coisa, mas, hoje, nós temos

70 cabeças de gado lá dentro, e voltar a trabalhar para os outros, jamais” (AGRICULTOR 01). O ato de prestar serviços para uma unidade produtiva ou estabelecimento que não seja seu próprio negócio no intuito de manter sua moradia e implementação de melhorias é, no ponto de vista de Schneider (2003), resultado de uma soma de contextos sobre impedimento financeiro ou limitação econômica que faz com esses agricultores busquem por uma fonte de renda adicional.

Quanto ao processo de titulação, o entrevistado narrou que todos os integrantes possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU) de seus lotes. Para a titularidade definitiva é necessário que seja feito o georreferenciamento de toda a área do assentamento, porém, segundo o agricultor, o INCRA não ofereceu apoio financeiro para sua realização.

No que se refere aos desafios enfrentados pelos assentados, o entrevistado destacou que a infraestrutura nos assentamentos é precária e agrava ainda mais as dificuldades, além da falta de estradas acessíveis que compromete o transporte da produção e a mobilidade dos assentados. Mesmo com promessas de apoio da prefeitura para melhorar os acessos, essas ações raramente são concretizadas, deixando os moradores em situação precária e agravando também o valor do leite comercializado através da comunidade.

O entrevistado também discorreu sobre os recursos hídricos, o qual é um problema recorrente e que por mais que haja poços artesianos e cisternas, muitos não atendem às necessidades da comunidade devido a problemas técnicos, como bombas quebradas e sistemas de distribuição mal dimensionados. A ausência de manutenção adequada e a desorganização na gestão comunitária agravam a situação, especialmente durante os períodos de seca, quando a demanda por água aumenta. Em consonância a esse resultado, Figueiredo e Pinto (2014) concluíram que os principais desafios enfrentados por indivíduos assentados em um movimento de luta pela reforma agrária foram a falta de união e de informação.

Outro entrave central destacado pelo entrevistado foi a limitação financeira dos integrantes, justificando que a maioria dos assentados não consegue comprar suas máquinas e equipamentos agrícolas devido à falta de recursos próprios e à dificuldade em acessar crédito agrícola, como o PRONAF. Ele demonstrou sua indignação ao relatar que após perder um investimento realizado em sua lavoura, se encontrou sem condições financeiras para cumprir com o pagamento das parcelas do PRONAF.

Desamparado e sem recurso, resolveu entrar em contato com o INCRA em busca de uma solução para negociar a sua dívida que já se aproximava de quarenta e oito mil reais. Na época, foi orientado a aguardar algumas semanas para a análise dessa proposta. Após alguns dias, ele se dirigiu à um contador e foi informado que sua dívida teria um desconto, pagando apenas doze mil

reais para a negociação, porém, ele não tinha esse montante disponível. Ao sair do escritório, foi até a justiça federal e foi encaminhado para um outro contador, onde conseguiu um valor mais acessível para quitar seus débitos (três mil novecentos e oitenta reais) e resolver seu problema de inadimplência.

Posteriormente, para realizar um novo investimento, o entrevistado se dirigiu até uma instituição financeira em busca de um novo financiamento para a iniciar mais um projeto, porém foi surpreendido por um funcionário que proferiu as seguintes palavras: “você passou quinze anos para pagar uma dívida e ainda vem na porta do banco para caçar dinheiro do governo, isso não é assim não”. O entrevistado, por sua vez, justificou seu atraso: “eu não paguei essa dívida aí antes porque eu tive uma perda grande com uma lavoura e tive que vender trator, vinte e cinco vacas que eu tinha, tive que vender tudo para limpar meu nome”. Assim, mesmo após a quitação de seus débitos relacionados ao PRONAF, o entrevistado não conseguiu a aprovação de um novo benefício. Portanto, embora os programas de crédito existam, a liberação dos recursos é marcada por processos burocráticos longos e ineficazes, que acabam desestimulando os agricultores.

A organização comunitária também enfrenta desafios significativos, a falta de união entre os assentados, por exemplo, é evidente. Para o entrevistado, a baixa participação nas reuniões e atitudes individualistas causam dificuldade na implementação de projetos coletivos. Muitos moradores priorizaram interesses próprios em detrimento das necessidades da comunidade, o que impede avanços significativos. Essa fragmentação é agravada pela pressão de vizinhos para que os assentados vendam ou aluguem seus lotes, levando à perda do foco na agricultura familiar e à concentração de terras nas mãos de pessoas com maior poder aquisitivo.

Outro ponto crítico é a ausência de apoio técnico e educacional, pois a falta de assistência técnica contínua dificulta o aprimoramento das práticas agrícolas. Por outro lado, iniciativas educacionais, como a implementação de uma escola agrícola, não vão adiante por falta de interesse dos agricultores e a falta de apoio técnico, o que limita as oportunidades de formação para as novas gerações e perpetua a vulnerabilidade social e econômica.

Merece ser ressaltado também a desarticulação entre os órgãos governamentais e a comunidade, fato que compromete o desenvolvimento do assentamento. Muitos assentados relataram que os programas e serviços prometidos pelo INCRA e outras instituições públicas não chegam de forma efetiva, sendo dificultados por processos burocráticos e má gestão. Mesmo quando projetos são implementados, como a instalação de poços artesianos, a manutenção e o suporte contínuo são negligenciados, transferindo a responsabilidade para os

próprios moradores, que dificilmente têm recursos ou organização suficiente para garantir o funcionamento adequado.

O entrevistado apontou que há uma desigualdade crescente dentro do assentamento e que aqueles que possuem recursos financeiros e conseguem acessar equipamentos, crédito e melhorias estruturais, não se preocupam com os demais que permanecem em condições precárias. Isso cria uma disparidade entre os moradores, comprometendo os princípios de igualdade e justiça social que deveriam nortear os projetos de reforma agrária.

Os desafios enfrentados pelos assentados não são apenas fruto da falta de recursos, mas também de falhas estruturais, organizacionais e sociais que impedem a consolidação de um modelo sustentável de agricultura familiar. É essencial que políticas públicas mais eficazes, assistência técnica contínua e estratégias de fortalecimento comunitário sejam implementadas para transformar a realidade desses assentamentos. Sem essas mudanças, os assentados continuarão enfrentando dificuldades que comprometem sua autonomia e desenvolvimento.

Quanto aos avanços alcançados, o assentamento Douradinho tem testemunhado melhorias que impactaram diretamente em seu desenvolvimento. Na opinião do entrevistado, embora incipiente, a qualidade da assistência técnica e extensão rural recebida pelos agricultores locais tem reverberado no aprimoramento das práticas agrícolas e no aumento da produtividade. Khan e Silva (1997) explicam que a assistência técnica é um fator indireto em busca de uma maior produtividade, visando orientar o agricultor de forma sucinta e estimular novas técnicas e ideias.

Em que pese o fato do entrevistado não ter acessado nenhuma política pública após o episódio de inadimplência, há o reconhecimento de que os outros membros que foram beneficiados puderam implementar projetos e iniciativas locais que melhoraram a geração de renda e a qualidade de vida dessas famílias.

Panorama do assentamento Engenho da Serra

O assentamento Engenho da Serra possui uma área total de cerca de 2567,9170 hectares e surgiu a partir da desapropriação de uma fazenda em 18 de setembro de 1988. Criado em 18 de janeiro no ano de 1999, o assentamento possui 60 famílias e está localizado a aproximadamente 35 quilômetros de distância da cidade de Ituiutaba.

O agricultor selecionado para repassar os dados, possui 57 anos, não chegou a terminar o ensino fundamental e reside no assentamento há 12 anos. Relatou que é o proprietário original do lote, fato descrito com orgulho pelo entrevistado já que foi a primeira vez que se tornou gestor de um estabelecimento rural, haja vista que suas experiências anteriores vêm do trabalho assalariado em outras propriedades rurais e como marceneiro e motorista na zona urbana.

O processo histórico de formação do assentamento Engenho da Serra tem seu ponto de partida em uma propriedade rural que tinha na pecuária de corte sua principal atividade econômica. Seu proprietário residia em outro município e não estava em conformidade com o ITR. Este fato, somado aos seus baixos índices produtivos, tornava a propriedade apta a se enquadrar nos critérios das áreas com probabilidade de serem destinadas à reforma agrária. Quadro que se confirmou sem conflitos, pois o proprietário aceitou entrar em acordo com o INCRA.

Em meio ao processo de negociação, alguns integrantes do MST decidiram ocupar a área, onde mantiveram-se por aproximadamente dois anos até a liberação da partilha dos lotes. A divisão e nomeação das parcelas aconteceu somente após a análise dos integrantes perante os critérios instituídos pelo INCRA, que, segundo o entrevistado, foram: “ausência de vínculo profissional, questões judiciais em curso, histórico de registros desfavoráveis, caracterizado pela expressão ‘ficha suja’, bem como uma renda que se situa abaixo de três salários-mínimos” (AGRICULTOR O2). Em seu ponto de vista, o entrevistado acredita que os critérios são os ideais, em suas palavras: “acho justo e digno, pois só pega a terra quem precisa”.

Após a análise e aprovação dos integrantes, foi dado início ao processo de divisão dos lotes destinados a área comunitária, reserva legal e a associação do grupo. A área comunitária e sede do assentamento ocupam aproximadamente dois hectares utilizados em conformidade com os propósitos do INCRA (2023), que são: construção de um espaço para a troca de experiências e organização em comunidade em busca de defenderem seus direitos, promover o desenvolvimento rural e a sustentabilidade.

Os critérios utilizados para a divisão dos lotes, segundo o entrevistado, foram: acesso a cursos de água, como córregos, e qualidade do solo, com destaque para a acidez. De acordo com estudos de Brady e Weil (2013), o potencial hidrogeniônico do solo é fundamental no desempenho agrícola de qualquer região, pois sua variabilidade menor que sete é considerado um solo ácido, e acima um solo alcalino. O solo ácido tem a capacidade de reter nutrientes essenciais, o que dificulta sua disponibilização para as plantas e causa prejuízos significativos na produção. Já os solos alcalinos encontram-se em altos níveis de acidez inviabilizando nutrientes como cálcio, magnésio e fósforo. De acordo com os critérios citados, há uma variação no tamanho dos lotes, sendo que a área média está em torno de 36 hectares. A reserva legal do assentamento possui uma área coletiva destinada para esse fim, enquanto a área de preservação permanente (APP) está localizada no interior dos lotes.

Em razão do acesso ao crédito pelos assentados, foi dado início às obras para construção de suas residências e edificações para a realização das tarefas advindas do serviço rural. Um dos benefícios obtidos pelo entrevistado

Caetano da Silva & Moraes

foi o PRONAF, com um valor de aproximadamente R\$26.000,00, porém ele expressou sua indignação com as taxas cobradas pela instituição financeira que disponibilizou o crédito (1,92% do montante) e pela Emater-MG (0,38% do valor total), responsável pela construção do projeto.

Outra linha de crédito acessada foi o PRONAF-Mulher, que beneficiou cada agricultora com aproximadamente R\$5.000,00 (valor da linha de crédito na época). Para Izidoro *et al.* (2018), as linhas de crédito direcionadas especificamente ao público feminino mostram autenticidade diante do alto índice de mulheres situadas no campo, além do fato de abrir portas, proporcionar mais autonomia e incentivá-las a permanecerem em suas atividades.

O entrevistado ainda não possui o título definitivo, apenas a CCU como documento comprobatório da posse da terra. Ele relatou que sua permanência até os dias atuais e dos demais quinze integrantes que são donos originários do lote vem da perseverança, bastante insistência, e em função do interesse/afinidade pela área. Já de modo contrário, disse que as razões que motivaram as desistências foram a falta de interesse e incentivo tanto do governo quanto deles próprios, pois de acordo com o entrevistado: “alguns entram achando que é uma coisa e é outra”.

O estudo desenvolvido por Zinga e Pedlowski (2003) assinala que um dos motivos da permanência dos integrantes nos assentamentos é a união. Para os autores, a venda do montante produzido de forma coletiva valoriza o preço e o poder de negociação, assim como a compra de insumos agrícolas é otimizada a medida em que o número de pedidos aumenta, pois há maiores possibilidades de descontos. Os autores também pontuam os motivos do abandono de lotes nos assentamentos, sendo os principais: interação com o trabalho rural, problemas financeiros, desnutrição no solo, falta de assistência, enfermidades e falta de estruturação de política pública.

Um caso evidenciado na entrevista e que merece destaque foi de um lote gerido por um casal de idosos. A partir do momento em que seu marido faleceu, a idosa decidiu vender seu lote, pois não conseguia exercer as atividades agrícolas por ser cadeirante e por seus filhos estarem residindo na zona urbana. Essa dificuldade enfrentada pela viúva não é isolada e ocorre em outros lotes do assentamento, cuja falta de mão de obra para exercer as atividades rotineira acaba se tornando um empecilho para o desempenho econômico da propriedade, tornando-a alvo para os grandes conglomerados agrícolas que estão aos arredores do assentamento.

Essa situação tem compatibilidade com a ideia de Luther e Gerhardt (2018), os quais apontam que uma das principais razões do alto índice da movimentação de jovens para áreas urbanas a partir do campo vem de carências escolares, principalmente de ensino médio e superior. Outros casos se encaixam pela acessibilidade e comodidade que a urbanização traz aos jovens.

Por fim, o agricultor trouxe à tona uma preocupação dos integrantes do assentamento Engenho da Serra quanto a um quadro de baixa de preços e desvalorização dos produtos da zona rural oferecidos para o meio urbano. Nesse sentido, uma pesquisa desenvolvida pelo CEPEA (2021) demonstrou que há uma desvalorização de alguns produtos agrícolas, principalmente do leite, que é a principal fonte de renda da maioria dos assentamentos, que diminuiu em razão da pandemia de COVID-19, fato que elevou os níveis de desemprego e afetou o poder de compra da população, além do aumento dos custos de produção.

A desvalorização dos produtos agrícolas tem impacto direto na comercialização e acesso a mercados formais e justos. Se somarmos a essa equação a falta de organização e conhecimento de técnicas de agregação de valor, temos um quadro crítico de perpetuação da dependência de economias locais frágeis e instáveis, onde os produtos acabam sendo vendidos a preços baixos, muitas vezes para intermediários que lucram com a exploração do trabalho dos assentados.

No que tange aos desafios enfrentados pelo assentamento Engenho da Serra, o acesso precário a máquinas agrícolas tem sido uma questão recorrente, haja vista que limita a eficiência e produtividade das atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade. O entrevistado reconheceu que a prefeitura municipal disponibiliza a patrulha mecânica, entretanto há uma alta demanda pelo serviço, o que leva a longos períodos de espera, de modo que a solução encontrada pelos agricultores tem sido a terceirização do serviço.

De maneira similar ao outro assentamento, a falta de união entre os integrantes tem dificultado a implementação de estratégias e ações coletivas para lidar com os desafios comuns enfrentados pela comunidade. Dejours (1992) explica que essas desavenças entre indivíduos podem ser justificadas como um espírito de competição. Porém, ausência de cooperação e colaboração entre os membros compromete não apenas a resolução eficaz dos problemas, mas também o fortalecimento da coesão social.

Conclusões

O estudo dos assentamentos Douradinho e Engenho da Serra destacou os desafios da reforma agrária em Ituiutaba ao enfatizar a importância dos movimentos sociais e os dilemas da titulação das terras. O assentamento Douradinho, organizado pelo MTL, enfrentou dificuldades na divisão dos lotes, haja vista que só foi realizada por esforços e cobranças dos próprios assentados. Em relação a assistência técnica, houve algumas visitas e apoio no período inicial, porém foi declinando no decorrer do tempo. Além disso, a falta de apoio financeiro para realizar o georreferenciamento tem dificultado o acesso ao título definitivo.

Já o assentamento Engenho da Serra, organizado pelo MST, mostrou a necessidade de um processo criterioso de seleção dos beneficiários no sentido de evitar que casos como a inexperiência do integrante e o meio rural, interesse

econômico e idade precoce do contemplado culminasse com a desistência da atividade e, conseqüentemente, a comercialização do lote. Foi destacado também a importância da diversificação econômica e interação social para a viabilidade do assentamento, além do problema em relação a migração dos jovens para a zona urbana, visto que a permanência na propriedade rural é cercada de uma imprevisibilidade socioeconômica que em nada contribui para situação de bem-estar e pertencimento desses jovens.

Ambos os assentamentos enfrentam uma série de obstáculos como a falta de infraestrutura viária, união dos integrantes e acesso a máquinas agrícolas na busca pela consolidação de suas propriedades e pelo desenvolvimento sustentável de suas terras. Nota-se, portanto, que a fragilidade econômica e a insegurança jurídica enfrentada pelos assentados devido à falta de titulação definitiva sinalizam a necessidade de apoio institucional e financeiro para que estes assentamentos cumpram com sua função de produzir alimentos e garantir qualidade de vida aos seus integrantes.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Apoio à Pesquisa – PAPQ/UEMG pela bolsa de iniciação científica e tecnológica concedida.

Referências

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: UNESP, 2006. 384p.

ALVES, E. C.; AQUINO, M. A. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 81, p. 79-100, 2012.

ARAÚJO, F. M. G.; PADUA, W.R.; OLIVEIRA L. H. A. (Re)existências do movimento terra, trabalho e liberdade: na espacialização, territorialização e na criação CSP-Conlutas. **Revista observatorio de la economía latino-americana**, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 3050-3068, 2023.

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2013. 716p.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000. 276p.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Preço ao produtor deve se manter em queda no 1º tri**. 2021. Disponível em:< <https://>

cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0925260001616009725.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 234p.

ÉBOLI, E. **O conflito dos sem-terra**. 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/413150/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mai. 2024.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade, São Paulo**, v. 26 n. 3, p. 562-57, 2014.

GERING, S. M. P.; PINTO, N. G. M.; VIEIRA, K. M. Causas e consequências da inadimplência: uma análise sob diferentes dimensões. **Revista de Administração de Roraima**, Roraima, v. 11, n. 3, p. 1-20, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em 20 mai. 2024.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 29 mai. 2024.

INCRA. **Assentamentos**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 14 mai. 2024.

IZIDORO, L. T.; FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; CARDOZO, D. R.; LORENZO, H. C. Assentadas no circuito do Pronaf mulher: expressões da autonomia feminina. **Retratos de Assentamentos**. v. 21, n. 1, p. 265-287, 2018.

JEZUZ, L. **A reforma agrária no Brasil**. 2009. 101f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. Assistência técnica, eficiência na utilização dos fatores de produção e da produtividade diferencial em propriedades rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 95-114, 1997.

LUTHER, A.; GERHARDT, T. Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no Brasil. **Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 7, p. 281-310, jul./dez. 2018.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap>. Acesso em: 14 mai. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. 328p.

MENDONÇA, M. R. A. **Urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 487f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008. 416p.

MIYASHIRO, S. F. O.; PEREHOUSKEI, N. A. Os acampamentos de sem-terra como territórios de vida e esperança: organização, vivências, desafios e perspectivas. **Espaço Plural**. v. 26, n. 33, p. 147-177. 2015.

MST. Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O Direito à Terra**: uma defesa da Reforma Agrária Popular. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/04/18/o-direito-a-terra-uma-defesa-da-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

NEVES, D. P. Getúlio Vargas e os muitos oesteiros brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIM, J. O. B., NEVES, D. P (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**, Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p.101-143.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

PERACI, A. S. **A importância da produção de leite para a agricultura familiar**. 2007. Disponível em: http://www.saniquimica.com.br/acervo_detalhe.asp?id=42. Acesso em: 29 mai. 2024.

PINTO, P. M. B. **Assentamentos, titulação e mercado de terras**: dimensões da contrarreforma agrária no estado do Rio de Janeiro. 2023. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 336p.

SCHNEIDER, S. TEORIA SOCIAL, Agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 18, p. 99-192, fev. 2003.

SEHN, C. F., CARLINI JUNIOR, R. J. Inadimplência no Sistema Financeiro de Habitação: Um Estudo junto à Caixa Econômica Federal (Caixa). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007.

SILVA, G. A.; CASTANHO, R. B. Mapeamento da agricultura urbana no município de Ituiutaba – Minas Gerais/Brasil. **Horizonte Científico**, v. 5, n. 2, p. 1-27, 2011.

SILVA, R. M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e as perspectivas de luta pós-golpe 2016. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 39, p. 38-64, mai./ago. 2019.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. O sistema leite: relevância e rentabilidade na agricultura familiar. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009. São Luis. **Anais... São Luis: UFMA**, 2009.

WEGNER, D. Aprendizagem Intraorganizacional: um estudo das redes horizontais de pequenas empresas. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. (Orgs.). **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 537-564.

ZINGA, M. R. M.; PEDLOWSKI, M. A. Identificando as causas da permanência e desistência de assentados no PA. Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais... Campinas: UNICAMP**, 2003.